



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

## Gestão da Internacionalização no Instituto Federal do Pará e a Presença de Refugiados na Instituição

Regina Coeli Moraes Krelling  
Graziela Zambão Abdian

**Como citar:** KRELLING, Regina Coeli Moraes; ABDIAN, Graziela Zambão. Gestão da Internacionalização no Instituto Federal do Pará e a Presença de Refugiados na Instituição. *In:* MANZINI, Eduardo José (org.). Educação, ensino e inclusão em diferentes contextos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.279-304. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-565-0.p279-304>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# GESTÃO DA INTERNACIONALIZAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ E A PRESENÇA DE REFUGIADOS NA INSTITUIÇÃO

*Regina Coeli Moraes KRELLING<sup>1</sup>*

*Graziela Zambão ABDIAN<sup>2</sup>*

## **Introdução**

O presente trabalho é decorrente da pesquisa que teve como objetivo geral analisar a gestão da internacionalização no Instituto Federal do Pará (IFPA) diante da presença dos refugiados na instituição, a partir de uma experiência com esse público.

No ano de 2017, trabalhando na Coordenação de Relações Internacionais, departamento vinculado à Pró-reitoria de Extensão (PROEX), do IFPA, fomos provocados, pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, a oferecer um curso de Português, como Língua Adicional, aos refugiados que vinham da Venezuela em busca de abrigo em nossa capital, fugindo dos problemas socioeconômicos naquele país. Vários professores, por iniciativa da PROEX, por meio da Coordenação de Relações Internacionais, passaram por uma capacitação, no início de 2018, para que pudessem estar aptos a ministrar aulas de Português aos refugiados e replicar essa ação nos diversos Campus. A autora principal deste capítulo presidiu a comissão de Organização do nosso primeiro e do segundo Encontro de

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Educação do Pará

<sup>2</sup> Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP/ Marília.

<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-565-0.p279-304>

Internacionalização do IFPA (Eninter) em 2018 e 2019, respectivamente. Continuamos com o Eninter em 2020 – 2021 (de forma *online*) e a nossa quarta edição em 2022. Nesses encontros, a Internacionalização, como o próprio nome do evento sugere, é sempre o foco principal. Conseguimos, em março de 2023, via Conselho Superior (Consup), aprovar a Política de Internacionalização do IFPA, por meio da publicação da Resolução nº 943/Consup/IFPA/2023 (IFPA, 2023). O desafio, portanto, seria pôr em prática o que determina a supramencionada resolução.

Quando iniciamos contato com os refugiados, principalmente venezuelanos, é como se nossa responsabilidade social aumentasse, por conta de uma necessidade emergencial. Esse acolhimento aos que deixaram seus países de origem, por motivos alheios à vontade deles, é algo que, ao mesmo tempo que nos fragiliza, nos traz uma força interior muito grande. A necessidade de construção, desconstrução e reconstrução de valores é algo transformador. É como se vivêssemos todo o trabalho de acolhimento iniciado por Paulo Freire, na periferia de Recife e os resultados positivos, relatados 20 anos depois do início, em Mossoró, na Semana de Arte e Filosofia. Esse é o legado que queremos deixar às futuras gerações.

O envolvimento com os refugiados foi o despertar do meu interesse em pesquisar a temática da gestão da internacionalização com foco na presença deles na instituição e foi dessa forma que busquei a realização do mestrado. Ao entender o percurso de gestão, a intenção foi a de buscar respostas, alternativas e estratégias para que o IFPA possa caminhar tendo uma visão mais ampla em relação a esse público, que aumenta, a cada dia, considerando as transformações da sociedade, visto que países em conflito vão ter sempre sua população buscando abrigo em outras nações.

Para compreensão do como se faz a gestão utilizamos a “Abordagem do Ciclo de Políticas” formulada por Stephen Ball e colaboradores, descrita no texto de Mainardes (2006, p. 47) e que consiste no referencial para analisar a trajetória de políticas sociais e educacionais. Os procedimentos metodológicos e o material consistiram no levantamento, sistematização e análise de pesquisas já desenvolvidas no Brasil que tiveram como temática a gestão dos Institutos Federais de Educação e, também, a presença de refugiados nas instituições de ensino; levantamento, sistematização e análise

dos documentos disponibilizados no IFPA a respeito de sua criação e regulamentação na internacionalização e todos aqueles em construção ou já aprovados a respeito da presença dos refugiados; levantamento, sistematização e análise de 12 Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) de Institutos Federais de regiões diferentes do Brasil; realização, transcrição e análise de entrevistas com gestores do IFPA diretamente relacionados com a história da internacionalização e da presença dos refugiados e com estudantes e docentes que participaram do processo de internacionalização e/ou refugiados na instituição.

Entendemos que as políticas são ações desenvolvidas por aqueles que estão na sociedade e que precisam fazer com que as determinações do poder público sejam promotoras de significado real para a comunidade específica, quando pensamos em seus anseios e necessidades. Portanto, a gestão volta-se ao atendimento das necessidades da comunidade escolar e de seu entorno, conforme as características específicas de cada instituição. Esse processo é o que denominamos de gestão da política, ou seja, as práticas no interior das instituições, em nosso caso, no IFPA como sendo política de internacionalização. Entendemos que a Política de gestão, assumida pelo sentido político dos atores sociais, transforma-se em uma arena de configuração de múltiplos projetos de gestão escolar, uma esfera de produção de identidades coletivas em torno de uma hegemonização provisória. Podemos compreender assim que a gestão da escola não está dada, pronta e acabada, ou ainda que somente faz novas negociações com as políticas vindas de outras esferas, mas que ela constrói a sua própria política de gestão (Abdian; Andrade; Parro, 2017, p. 738-739).

Neste capítulo, em particular, trouxemos o contexto recente da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, com foco na criação dos IFs; a análise dos dois últimos PDIs do IFPA e também das entrevistas. Esperamos contribuir para a ampliação do debate sobre internacionalização, especialmente, com foco na presença dos refugiados nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

## Os institutos federais de educação no Brasil e a internacionalização da ciência

Para contextualização de nosso objeto de estudo, fizemos levantamento de teses de doutorado que trouxessem dados sobre a criação dos Institutos Federais. Nossa busca foi pela expressão “criação dos Institutos Federais” por meio do *site* de busca do *Google*. Entre as opções, escolhemos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP), por ser reconhecida como uma das melhores universidades do Brasil e da América Latina e possui uma longa história de pesquisas inovadoras, incluindo gestão. Elencamos as que mais poderiam nos ajudar, em um quadro, em ordem cronológica de defesa, com seus respectivos títulos, instituições, nomes dos autores e orientadores.

É interessante notar que os trabalhos se assemelham, principalmente, no que se refere à parte histórica, sobre a criação dessas instituições de ensino e, como era de se esperar, a influência de outros países foi fundamental para que o governo pensasse em soluções mais imediatas, que pudessem contribuir na geração de renda, fortalecendo, de certa forma, a população mais carente, com a criação de empregos.

A nossa pesquisa parte de uma sequência cronológica de defesa desses trabalhos e observamos, que há publicações de 2013 a 2019, com predominância nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e representação de apenas uma universidade da região Nordeste do país. Desses sete trabalhos, quatro são de universidades federais, uma universidade estadual e dois trabalhos de uma mesma universidade particular, no caso a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Os títulos são semelhantes com a predominância da palavra criação (dos Institutos Federais) ou da sinônima: organização (dos Institutos Federais).

Para analisar o contexto histórico de criação dos Institutos Federais, dentre os trabalhos, escolhemos o de Souza (2019) por ser a autora, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, que liderou a Câmara de Relações Internacionais do Conselho Nacional da Instituições da Rede Federal (Conif) e é referência na área da internacionalização da Educação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia fazem parte do que chamamos Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), vinculados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC). Considerando o espaço restrito deste texto, retomaremos o contexto histórico de sua criação a partir da década de 1960, pois nela estão contidos acontecimentos significativos para educação profissional e tecnológica.

A década de 1960 foi marcada pela mudança brusca do regime democrático para ditadura militar. Antes disso, Jânio Quadros sucedeu a JK e deveria ficar no cargo até 1965. Renunciou após sete meses, por estar envolvido em atitudes polêmicas. Com o seu afastamento, assume João Goulart em 07 de setembro de 1961. Nesse mesmo ano, o ensino profissional é equiparado ao ensino acadêmico com a promulgação da Lei 4.024 em 20 de dezembro, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerada a primeira LDB, já que não havia, até então, uma lei específica consolidando direitos e deveres no campo educacional. Esta Lei é considerada, em partes, um avanço, porque havia determinação expressa de punição a atos discriminatórios, representando, dessa forma, um tratamento mais igualitário às pessoas, independentemente de opção filosófica, ideológica, classe ou raça. Não se admitia, no bojo da lei, tratamento desigual (Figueiredo, 2019).

Com isso percebiam-se mudanças acontecendo, porém, com a promessa de promover “Reformas de Base”. Tão logo assumiu o poder, em 1964, este presidente encaminhou ao Congresso o projeto de reforma agrária, que foi rejeitado pelos parlamentares. Essa derrota o fez convocar movimentos populares para um comício no dia 13 de março de 1964, que segundo Del Priore e Venâncio (2010), reuniu cerca de 150 mil pessoas. Ali, ele anunciaria a nacionalização de refinarias particulares de petróleo e desapropriação de terras. Com isso, João Goulart desagradou os militares que se uniram às alas de direita, entre elas a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), para pedirem o afastamento do presidente, surgindo daí o famoso golpe de 64, no dia 31 de março. Aqui se inicia um novo regime que perduraria por longos anos: a ditadura militar.

Esse seria um período de opressão aos ideais de liberdade e de expressão. Seis anos mais tarde, em 1967, o governo federal, com o Decreto nº 60.731,

transfere as fazendas modelos do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, as quais passam a funcionar como escolas agrícolas, dando ênfase à necessidade desses profissionais serem capacitados e, pelo visto, a demanda de mercado estava impulsionando esse crescimento.

Em um curto espaço de tempo, já em 1971, a Lei da reforma de ensino de 1º e 2º grau, Lei nº 5.692/1971, impõe um caráter profissionalizante obrigatório a todo o 2º grau. Manfredi (2002) nos aponta que a partir daí houve uma desestrutura da educação profissional, acabando com a compulsoriedade, ao restabelecer a distinção entre formação geral e o ensino de caráter técnico, constituindo habilitações específicas e plenas, segundo os Pareceres MEC nº 45/1972 e 76/1975.

A criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) se efetivou a partir de 3 Escolas Técnicas, em Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, por meio da promulgação da Lei nº 6.545 de 1978. E assim, aos poucos, os CEFETs foram se estabelecendo, sempre partindo das escolas técnicas. Esses Centros representaram a criação de uma nova institucionalidade que, para além da mudança de nomenclatura, representou a transformação de escola de 2º grau, para instituição com cursos superiores (Figueiredo, 2019).

Somente em 1982, a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, para o 2º grau, aconteceu a partir da Lei nº 7.044/82, que alterou dispositivos da Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus em 1971. Isso pode ser considerado um movimento inovador em relação à Educação Profissional e Tecnológica.

O descontentamento com a ditadura e as lutas populares pelo processo de redemocratização surgem a partir de manifestações de movimentos populares, clamando pela reabertura democrática desde meados de 1970. As greves operárias no ABC paulista de 1978 a 1980 são um dos exemplos. Aqui começa um período de transição entre o regime militar e a democracia. O movimento por Diretas Já em 1983 é um outro exemplo da busca de novos horizontes. Naquela época, os exilados políticos estavam retornando ao país, aguardando por anistia, palavra que já fazia parte do cotidiano brasileiro. Aos poucos, o país vai se distanciando da ditadura militar, que termina em 1985 e dá início à Nova República.

Após 21 anos de ditadura militar, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, pelo Congresso Nacional, o novo presidente da república,

ainda que indiretamente. Porém, morreu antes de assumir e seu vice José Sarney dali para frente o presidente de fato e de direito. Mesmo com um governo conturbado, conseguiu a convocação para a construção de uma nova Constituição (Del Priore; Venâncio, 2010). Outro feito relevante foi a Lei nº 7.486 de 06 de junho de 1986, que dispôs do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND), para o período de 1986 a 1989, que estava apoiado em três frentes: combate à pobreza, reformas e crescimento econômico.

O I PND elenca, a respeito do ensino de 2º grau, as dificuldades enfrentadas para a democratização deste nível, por causa, sobretudo, da inadequação e insuficiência da oferta. (Figueiredo, 2019). Apesar disso, valoriza as escolas técnicas federais, assinalando a necessidade de manutenção dos seus padrões de qualidade nas modalidades industriais e agrícolas (Brasil, 1986).

Baseado nessa avaliação do I PND, o governo cria o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC) que,

[...] ao longo de alguns anos, resultaria na criação de novas unidades de escolas técnicas e agrotécnicas, além da criação de cargos de professores e servidores técnicos-administrativos, com objetivo de ampliar a oferta desse nível de ensino. (Figueiredo, 2019, p. 82).

Durante algum tempo, mesmo que de forma tímida, o Programa foi benéfico às escolas técnicas e agrotécnicas. O legado de José Sarney, em relação à Educação profissional, foi planejar a manutenção do Programa.

A década de 1980 termina com a primeira eleição direta, no Brasil, definida em segundo turno, tendo como vencedor, Fernando Collor de Melo, que disputou com a atual presidente Luís Inácio Lula da Silva. Collor ficou apenas dois anos no governo (de 1990 a 1992), devido aos inúmeros escândalos de corrupção, que culminaram com um pedido de *impeachment*. A partir daí, assume o governo seu vice Itamar Franco que deu continuidade ao mandato que seria de Fernando Collor, deixando o governo em 1995.

Na gestão de Itamar Franco, sobre a educação profissional, um feito importante foi a aprovação da Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, que deu continuidade às ações do PROTEC, criando cinco ETF, 10 EAF e quatro Escolas Técnicas Industriais. Figueiredo (2019) acrescenta que essas

foram as últimas ações relativas à Rede Federal e que nos anos seguintes a proposta do programa estaria recebendo menos atenção do que de início.

Em 1994, é constituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, por meio da promulgação da Lei nº 8.948 de 8 de dezembro de 1994, que além de integrar as instituições de educação tecnológica, vinculadas ao MEC, também abarcaria as estaduais e municipais.

A partir daí foi instituído o Conselho Nacional de Educação Tecnológica, como órgão consultivo e de assessoria ao MEC. Em seguida, as Escolas Técnicas Federais se transformam em CEFETs, pelo Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997, agora, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a esses CEFETs foi permitido o oferecimento de cursos de nível superior. Porém, no governo FHC, houve uma reestruturação da presidência e ministérios que culminou com a falta de interesse em expandir a Rede Federal.

Em 2003, Luís Inácio “Lula” da Silva, eleito presidente, inicia uma gestão que duraria até 2006, mas foi reeleito e fica no poder por mais um mandato, de 2007 a 2010. Uma das primeiras iniciativas, logo no primeiro mandato de Lula, é a revogação do Decreto nº 2.208/97, que determinava que a educação profissional de nível técnico deveria ter organização curricular própria, independente do ensino médio (Amorim, 2013). O instrumento de revogação foi o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Corroborando a ideia de integração dessa modalidade, a nova legislação indicou o caminho da integração entre conhecimentos/disciplinas técnicas e disciplinas da área geral, numa perspectiva de rompimento com o dualismo que separava educação para o mundo do trabalho e educação para a formação acadêmica (Figueiredo, 2019). Durante a sua gestão, no que concerne à educação profissional, muitos programas foram criados, aconteceu uma reorganização da Rede Federal, que culminou com a criação dos Institutos Federais, em 2008.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que antes eram: Escolas Técnicas, Agrotécnicas, os Centros Federais de Educação Técnica (CEFETs) e o Colégio Pedro II.

Muitas discussões surgem a respeito da criação e evolução dos Institutos Federais. Percebe-se que há uma certa crença de que a produção científica deve estar, exclusivamente, vinculada às Instituições Superiores de Ensino que não as de Educação Profissional e Tecnológica, como é o caso dos Institutos Federais.

Particularmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, que oferece educação profissional básica e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino. Quando assumimos a Coordenação de Relações Internacionais (CRI), antiga Coordenação de Relações Interinstitucionais, que é um “braço” da Pró-reitoria de Extensão (PROEX), em 2016, estava vigente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, em seguida, foi aprovado o de 2019-2023, vigente até o momento.

Para cumprir o objetivo proposta de analisar a gestão da internacionalização com a presença de refugiados, em seguida, contemplaremos o contexto político de influência – a internacionalização da ciência no IFPA.

### **Internacionalização da ciência e “internacionalização forçada”: o contexto político de influência na gestão do IFPA**

O conceito de internacionalização perpassa por várias áreas. Até certo tempo, estava muito mais ligado à área da economia e dos negócios, pois as empresas tinham necessidade de expandir fronteiras e mostrar ao mundo seus produtos e *expertise*, bem como compartilhar conhecimentos para o desenvolvimento econômico mundial. Na área da educação, aqui no Brasil, foi impulsionada a partir do lançamento, pelo Governo Federal, do Programa de mobilidade acadêmica, Ciência Sem Fronteiras, em julho de 2011 (Brasil, 2022).

Uma das definições mais conhecidas de internacionalização é o de Jane Knight, do *Ontário Institute for Students in Education*: “o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural e global no objetivo, nas funções ou no fornecimento da educação pós-secundária” (Knight, 2008, p. 21). Para o pesquisador da Secretaria de Cooperação Internacional Jesús Sebastián, Internacionalização das Instituições é “o processo de

introdução da dimensão internacional na cultura e na estratégia institucional, nas funções de ensino, pesquisa e extensão e no processo da oferta e de capacidades da universidade” (Stallivieri, 2017, p. 19).

Com o intuito de alavancar a internacionalização da Educação Superior, no Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, lançou, em 2018, o primeiro edital do Programa Institucional de Internacionalização – Print, conhecido como Capes-Print, que traz, no seu bojo, uma série de requisitos que instituições de Educação Superior precisam apresentar, para que possam ser contempladas pelo Capes-Print, utilizando repasses financeiros.

O cenário apresentado indica não apenas um processo de incentivo à internacionalização da pesquisa como também inúmeros desafios inerentes à realidade brasileira postos às universidades e também aos institutos federais. Além deste processo, o país tem recebido inúmeras pessoas de nacionalidades diferentes e que se destinam às instituições públicas de ensino, o que também as impõem desafios mesclados aos de internacionalização, já que estas pessoas, muitas vezes, vêm de processos migratórios de refúgio.

Verificamos que os refugiados saem de seus países de origem, de maneira forçada e, portanto, fragilizados, acarretando um provável desequilíbrio emocional, pois tudo o que foi conquistado ao longo de um período de vida é abandonado, em busca de sobrevivência em outro país. Tudo o que querem é um acolhimento com dignidade. Ainda de acordo com o *site* do Ministério da Justiça e Segurança Pública: “O refúgio é uma proteção legal internacional. A Lei nº 9.474/97 determina como essa proteção é aplicada e como se reconhece a condição de refugiado no Brasil” (Brasil, 2020).

Os pesquisadores Ergin, Wit e Leask publicaram em 2019 um artigo no qual utilizam o termo “Internacionalização Forçada”, referindo-se exatamente a esse grupo de pessoas que deixam seus países de maneira forçada, sempre em decorrência de conflitos socioeconômicos internos e até mesmo por motivo de guerra. Talvez a “Internacionalização forçada” seja uma estratégia que venha a servir de base para que documentos específicos de atendimento/acolhimento a essa demanda seja factível.

Após os aspectos sobre internacionalização e sobre a presença de refugiados no país e nas instituições de ensino, voltamos ao trabalho da

Pró-reitoria de Extensão do IFPA, na qual a Coordenação de Relações Internacionais está vinculada. Como mencionado anteriormente, dois importantes documentos, diretamente voltados à internacionalização, foram aprovados pelo Consup, mesmo não estando no bojo das metas e objetivos elencados no PDI vigente: o Comitê de Internacionalização, criado em 2022 e a Política de Internacionalização do IFPA, aprovada em 07 de março de 2023. O primeiro surgiu a partir de uma manifestação de um convidado de uma mesa redonda em um evento de internacionalização, o Encontro de Internacionalização do IFPA (Eninter) que é realizado todos os anos, no segundo semestre, que enfatizava a existência em outras instituições e que considerava um ponto forte de construção coletiva especializada, no intuito de prover caminhos para o fortalecimento da internacionalização via a tríade ensino, pesquisa e extensão. A partir daí, surgiu a ideia de estruturar um comitê, formado por representantes de cada campus, para conhecer e colaborar com as ações de internacionalização, replicadas em seu próprio campus, para que a instituição possa entender o assunto e sensibilizar

O documento que especifica uma política de internacionalização, a nosso ver, foi um grande avanço institucional. O IFPA não poderia estar fora de uma política importante para que seus pesquisadores e grupos de pesquisa pudessem participar de editais internacionais que exigem essa política e de um plano estratégico de internacionalização que até agosto de 2013 ainda não havia sido construído.

Até aqui, apresentamos todo um cenário sobre o que vem a ser internacionalização da ciência, conceito, estratégias e o suporte de organizações governamentais para sua promoção, apoio e fomento às instituições de ensino, fazendo com que possam competir de forma globalizada, no sentido de desenvolvimento de suas pesquisas. Identificamos, também, a presença de refugiados no nosso país que tem relação direta com o processo de internacionalização. Em seguida, analisaremos os PDIs do IFPA, identificando, a partir deles, como é a gestão da internacionalização com a presença dos refugiados.

### **O contexto da prática**

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA é o documento que fundamenta as ações da instituição, com orientações e direcionamentos

à gestão, sobre o caminhar da instituição. Nesta Seção, analisamos os dois últimos documentos com destaque para a gestão do processo de internacionalização com foco na presença dos refugiados.

### **O PDI 2014-2018**

Para a construção deste PDI, foram chamados todos os servidores que fazem parte do IFPA e com espaço à participação da comunidade discente. A cada 4 anos, o documento é renovado, podendo ser atualizado durante sua vigência, levando em consideração a revisão de metas, incluir outras e realizar ajustes pertinentes, principalmente, a depender de demandas, vindas do governo federal.

Na apresentação desse documento, há uma breve explicação sobre a situação política e econômica do Brasil e os impactos na área educacional, reverberando nos indicadores e metas estabelecidos pela instituição para que pudesse oferecer um trabalho de excelência, com mais matrículas, portanto mais alunos, assim como infraestrutura adequada às demandas do IFPA.

O documento traz uma observação importante, ao mencionar o contexto favorável, quando de sua elaboração original, já que as expectativas eram propícias a um aumento da matriz orçamentária, considerando a política de atendimento às demandas sociais e educacionais que se seguiam de anos anteriores.

Sobre esse aspecto, o documento nos apresenta:

Esse contexto motivou os gestores das unidades desta Instituição a ter uma visão estratégica bastante ambiciosa em termos de crescimento de sua infraestrutura física e de número de matrículas, para os anos de 2014-2018. Entretanto, dois anos depois, esse contexto é alterado significativamente, com a redução da Matriz Orçamentária e dos recursos da expansão das Instituições, comprometendo drasticamente o alcance das metas estabelecidas (IFPA, 2017a, p. 24).

Assim que iniciou a vigência do PDI – 2014-2018, houve necessidade de uma adequação do documento, no sentido de corresponder ao Plano Nacional de Educação (PNE), recém aprovado, porém, este apresentava metas muito distantes da realidade da instituição e que para que houvesse

uma adequação, seria preciso dispor de recursos extraorçamentários, porém, outras metas nem tanto assim. Portanto, se fazia necessário um alinhamento do PDI vigente com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE).

O processo de revisão do PDI anterior, para a construção do instrumento subsequente, que estaria vigente até o final de 2018, foi feito por uma comissão instituída, com representatividade de todas as unidades do IFPA, e tendo a Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Prodin) a função de coordenar todo esse processo. Primeiramente é elaborado um Plano de Trabalho que é aprovado e discutido, em reunião, a sua metodologia e considerando os Planos de Desenvolvimento dos Campi (PDC) que já haviam sido revisados, como norteadores das metas do PDI a ser implementado. Ficou decidido pela comissão que o Plano não sofreria muitas alterações, excetuando o redimensionamento e inclusões de metas e itens não constantes no original. Consubstanciando o que dissemos, o documento ressalta que:

O processo de revisão do PDI do IFPA, que foi concebido seguindo as orientações do art. 16 do Decreto nº 5.773/2006, que estabelece as diretrizes para a elaboração do PDI, cujas metas e objetivos devem estar alinhados com as premissas da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.334/1996, e com o Plano Nacional de Educação (PNE), este último aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Ademais, o processo de revisão do PDI considerou também os pressupostos do Projeto Político e Pedagógico Institucional (PPI), da antiga Organização Didática que deu origem ao Regulamento Didático Pedagógico do Ensino (Resolução nº 041/2015-CONSUP), bem como do Estatuto do IFPA (Resolução nº 148/2016-CONSUP), reformulados, respectivamente, em 2015 e 2016 (IFPA, 2017a, p. 25).

O documento também nos apresenta a Missão, Visão e Valores da instituição. Com fulcro no supramencionado instrumento, temos que a missão do IFPA é “promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes” (IFPA, 2017a, p. 34); e a visão é a de “ser uma

instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho” (IFPA, 2017a, p. 34); por fim, os valores se relacionam à “formação cidadã; Ética e transparência; Inclusão e integração da diversidade; Inovação Científica e Tecnológica; Excelência na gestão pública e educacional e compromisso com o desenvolvimento local e regional; Desenvolvimento Sustentável” (IFPA, 2017a, p. 34).

Observa-se, pelo que foi exposto, que o IFPA tem um papel fundamental na região norte, no que pese a oferta de ensino, mesmo considerando toda a extensão territorial do estado do Pará.

O PDI 2014-2018 apresenta um Plano Estratégico, que é o que estabelece o quê e como devem ser tomadas as decisões na instituição, por meio de objetivos, metas e indicadores que guiarão a gestão nesse período mencionado. A partir desse plano, os direcionamentos ficam estabelecidos, para que haja efetiva concretização do que foi estabelecido em documento para a instituição.

Já no ano de 2018, começa a movimentação para a elaboração do PDI/IFPA, para o período de 2019-2023. Apresentaremos a seguir o PDI/IFPA – 2019-2023, revisado, como aconteceu com o anterior, mas sempre considerando o que mais dialoga com o nosso propósito nesta pesquisa.

### **O PDI 2019-2023**

A revisão do supramencionado documento foi aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Pará (Consup), pela Resolução nº 675/2022. Já na sua apresentação apresenta que:

Ele é o instrumento no qual deve constar o Planejamento Estratégico da Instituição para um período mínimo de cinco anos. O PDI é exigido pelo Decreto nº 9.235/17, de 15 de dezembro de 2017, que trata da avaliação institucional. É um dos principais eixos de referência da avaliação da educação superior, instituída por meio da Lei nº 10.861/2004. No artigo terceiro, da referida Lei, enuncia-se como primeira dimensão a ser objeto de avaliação “a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional” [...]. Além disso, no instrumento de avaliação externa, é verificada a coerência entre o PDI e as políticas e ações institucionais no que se refere ao ensino, pesquisa, extensão e gestão (IFPA, 2022, p. 6).

Portanto, na justificativa da necessidade de revisão do documento, fez-se necessário mencionar o porquê da revisão para se adequar às demandas do governo federal para preencher os requisitos de credenciamento e reconhecimentos das instituições de ensino superior. O documento, nessa apresentação, ressalta que esse será um norteador das avaliações que se referem aos cursos de graduação.

Ao compararmos os dois documentos: PDI (2014-2018 e PDI (2019-2023), esse último, ainda vigente até fevereiro de 2024, observamos que apresenta uma estrutura muito mais técnica, do ponto de vista organizacional e institucional, baseando-se em ferramentas e modelo de gestão, como a análise Swot, sigla em inglês para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), que é uma ferramenta que vai fazer uma análise da instituição a partir dessas variáveis, para implementar suas estratégias para alcançar suas metas de evolução e desenvolvimento e *BSC Balanced Scorecard* que é um modelo de gestão estratégica.

Embora o PDI seja um documento que vai nortear as ações da gestão, nada impede que se criem e normatizem documentos baseados em uma demanda urgente, para contemplar as exigências da sociedade ou até mesmo de instâncias superiores como o Ministério da Educação e outras instituições, como outros Institutos Federais que estejam desenvolvendo e implantando algo que seria conveniente à toda a Rede Federal.

Nossa pesquisa foi feita considerando os PDIs vigentes ou com vigência até 2023. Pesquisamos 13 PDIs de Institutos Federais. De todos os pesquisados, não visualizamos menção direta e expressa aos refugiados nesses documentos basilares. Porém, alguns trazem o interesse em ensino de português para estrangeiros, o que podemos considerar como uma ação que pode, certamente, envolver refugiados. Um ponto em comum entre os documentos é que a internacionalização está relacionada à visibilidade institucional no âmbito internacional, por meio de parcerias, mobilidade acadêmica e ensino de português para “estrangeiros”. Esse é o foco mais acentuado no contexto da pesquisa.

Considerando que os Institutos Federais fazem parte de uma Rede, normalmente, tendem a ter documentos com objetivos e estratégias semelhantes, sem deixarem de observar suas características e

peculiaridades regionais, para que possam atender de forma satisfatória sua comunidade acadêmica.

O PDI do IFPA não traz um capítulo específico sobre internacionalização, porém, um de seus objetivos estratégicos de gestão, quanto ao assunto, é aumentar a qualidade da formação acadêmica através do número de parcerias firmadas, visando ao fomento de vagas de estágio, cooperação técnica e intercâmbio de servidores, discentes e egressos. Ainda nesse objetivo estratégico o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão também é mencionado. Os testes de proficiência oferecidos à comunidade interna e o número de cursos FIC, oferecidos pelos Centros de Idiomas do IFPA estão na lista das estratégias de internacionalização no PDI. Observa-se até aqui que os cursos FIC não estão discriminados, mas supõe-se que estejam atrelados à internacionalização, pela própria natureza desse setor na instituição.

Oferecer educação de qualidade, promovendo valores acadêmicos; reconhecimento mútuo pelos direitos humanos, diversidade e soberania nacional; integração regional, nacional e internacional; desenvolvimento de políticas específicas de cooperação, intercâmbio e mobilidade internacional de servidores e alunos também fazem parte do documento (IFPA, 2023), da mesma forma que os já mencionados. O documento também ressalta a visibilidade institucional que será promovida por meio das ações mencionadas e através de cooperação entre continentes, apoiadas pelas colaborações Sul-Sul, Norte-Sul e Sul-Norte dentre outros (IFPA, 2023).

Ainda no documento do IFPA (2023), a responsabilidade da Coordenação de Relações Internacionais também nos parece bem centrada., o que demonstra que esse setor deveria ser mais bem estruturado. Esse é um ponto que não visualizamos nos documentos da nossa instituição. A estrutura do setor de internacionalização precisaria ser pensada pela gestão.

Apresentamos a seguir três aspectos que constam no documento que o diferencia dos demais. Primeiramente, é que há um capítulo específico sobre o Comitê de Internacionalização, como sendo um grupo formado por representantes da extensão e de cada unidade do IFPA, que atuará nas tratativas relacionadas ao processo de internacionalização, como o próprio nome diz, tendo a Proex como membro principal. Além desse, um outro

diferencial é que para incentivar a vinda de estrangeiros para o IFPA, como mobilidade “*in*”, a Política nos apresenta o programa Família Acolhedora, como forma de estimular a participação concreta em uma imersão na cultura local. Um último aspecto a ser mencionado é que os testes de proficiência da instituição serão estimulados, obedecendo critérios de elaboração para atender a comunidade interna e externa. Quanto aos refugiados, esses não estão contemplados de forma expressa, mas sempre pensamos nesse atendimento, de maneira transversal.

O PDI do IFPA ainda é um pouco tímido no que se refere à internacionalização, porém, a Política de Internacionalização mostra uma maturidade e uma inovação na condução do processo e isso nos dá a certeza de que essa visibilidade institucional estará muito mais visível, quando da efetiva aplicabilidade do documento.

Para aprofundar a análise, fomos a outro contexto da prática e realizamos entrevistas com integrantes do IFPA.

### **O que dizem os integrantes do IFPA**

Para ressaltar a real necessidade de atendimento aos refugiados, decidimos colher informações de pessoas que ocupavam ou não funções de gestão no IFPA, por meio de perguntas feitas em formulários do *Google*, quanto ao tema internacionalização e enviadas por e-mail institucional e aplicativo de mensagens (*Whatsapp*).

Enviamos formulários do *Google*, com perguntas, a nove servidores que fizeram parte da gestão anterior, até 31 de julho de 2023. Alguns ainda fazem parte da gestão atual, porém, em funções diferentes. Não conseguimos identificar apenas uma resposta e, portanto, tivemos retorno de oito respostas de servidores.

Além da identificação, que era opcional, iniciamos perguntando qual o entendimento do entrevistado sobre internacionalização. Das oito respostas obtidas, os termos mais recorrentes foram: mobilidade acadêmica; o desenvolvimento de ações em parceria; o ensino de idiomas; a melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação e o intercâmbio de conhecimentos, o que demonstra, de uma certa forma, conhecimento, mesmo que não exatamente profundo, ou familiaridade com o assunto. Importante

destacar que entre os entrevistados, havia pessoas que trabalharam na Pró-reitoria de Extensão, portanto, participavam diretamente das ações da coordenação de relações internacionais com uma proximidade maior com o trabalho desenvolvido concernente à internacionalização.

Destacamos 3 (três) respostas, do total, que nos chamaram atenção pelo grau de entendimento sobre o assunto:

É um processo de integração internacional que, através de parcerias, consegue promover diversas modalidades como, eventos, mobilidade acadêmica, pesquisas colaborativas, ensino de línguas para nativos e refugiados etc. ou seja, ações entre instituições de dois ou mais países que possam impactar suas comunidades, interna e externa, produzindo resultados na formação cidadã de seus educandos e no desenvolvimento interinstitucional das parceiras. (Entrevistado 2, 2023).

O entrevistado mencionou “processo de integração internacional”, o que não deixa de refletir o pensamento de autores mencionados neste trabalho. Compreender a internacionalização como processo é um posicionamento que pode favorecer o IFPA na busca por mais visibilidade internacional porque, embora em circuito mais restrito, esse pensamento pode ser replicado, podendo chegar a mais atores institucionais que possam estar imbuídos desse sentimento e, portanto, fazer acontecer. Esse entrevistado menciona a palavra refugiados quanto ao ensino de línguas e aqui já com uma visão mais ampla do supramencionado processo, permitindo a participação efetiva dessa demanda na instituição.

Um outro entrevistado também fala em “processo”, dessa vez como ampliação de relações. Vejamos:

O processo de ampliar nossas relações com entidades exteriores ao país, para movimento de nossa comunidade acadêmica e acolhimento de membros da comunidade acadêmica dessas instituições, com o objetivo de cumprir parte do curso, realizar ações projetos cooperativos, realizar ações extensivas, de pesquisa e de gestão. (Entrevistado 3, 2023).

Observemos que há menção a projetos cooperativos, porém, a gestão é lembrada como parte do processo. É fundamental incluir aqueles que são responsáveis pelo encaminhamento das ações dentro da instituição.

A visão dos entrevistados vai muito ao encontro do que se pretende para a instituição. Se juntássemos cada contribuição, teríamos um mapeamento do quão envolvidos estariam esses servidores e que, certamente, estariam contribuindo efetivamente para uma construção coletiva, ou seja, um envolvimento maior da comunidade interna para o desenvolvimento de ações e tomadas de decisões para o bom andamento da internacionalização no IFPA.

Todos os entrevistados foram unânimes em concordar que os refugiados fazem parte do processo de internacionalização na instituição, que era uma outra pergunta. Quando perguntados se tinham conhecimentos de ações com os refugiados na instituição, também responderam afirmativamente. O desenvolvimento de projetos de capacitação de um grupo de indígenas venezuelanos teve uma repercussão grande no IFPA, daí o porquê do conhecimento de todos a respeito do tema.

Quanto ao instrumento institucional que vincule refugiados, apenas 37,5% tinham conhecimento e a participação dos entrevistados em ações com refugiados foi de apenas 02 (duas) respostas positivas.

Outra questão realizada na entrevista foi como compreendem o processo de internacionalização, tendo como objetivo analisar a importância atribuída ao assunto e identificar como está sendo administrado.

As respostas variaram entre “nascente” carecendo de mais diálogos, sendo desconhecido de muitos, e inatingível para outros; incipiente e com pouca participação dos servidores; a divulgação de intercâmbios é o que é mais difundido. Uma das respostas considera que há outras ações “mais fáceis” de executar em termos de recursos financeiros, mas que não acontecem. Outra resposta foi a de que esse processo ainda está “caminhando” e que precisa de mais atenção da gestão. Além disso, destacam que se encontra em estágio de amadurecimento. Finalizando com uma resposta que carece de reflexão é a de que esse processo de internacionalização “é uma importante ferramenta pedagógica de formação profissional cidadã e de desenvolvimento institucional para quem faz parte desse processo” (Entrevistado 6, 2023).

Considerando essa última resposta, o entendimento ficou um pouco confuso, pois não sabemos o que realmente quis dizer, talvez por não estar muito próximo das ações ou até mesmo por não compreender um pouco mais sobre o assunto.

A análise das respostas desta penúltima pergunta nos indicou que ainda o IFPA precisa caminhar muito em relação à internacionalização, com foco na presença dos refugiados. Uma das questões fundamentais é a indicação de que todas as ações precisam de mais divulgação, o que talvez possa ser feito por meio de um canal específico. A atual reitora também participou e acrescentou que um departamento de internacionalização já faz parte do plano de gestão, já para 2024, inclusive com orçamento alocado.

As sugestões dos entrevistados também foram no sentido do fortalecimento das ações, incluindo “produtos gerados”, ou seja, publicações, marcas e patentes etc. O resultado de projetos específicos que podem ser gerados para ambas as instituições. Um ponto importante a ser considerado foi a sugestão da institucionalização da Política de Internacionalização com reserva orçamentária para fomento de ações. Dessa forma teremos um IFPA mais engajado internacionalmente.

Foi importante para a pesquisa compreender um pouco do pensamento dos que estavam na gestão do IFPA e que puderam observar que houve uma sensibilização por meio desse percurso até aqui. Sem orçamento próprio as ações ficam engessadas, mas foi bom perceber que essa pauta não é desconhecida e, provavelmente, a nova gestão irá se empenhar para que o processo de internacionalização seja bem mais concreto e efetivo.

Continuando nessa trajetória de entrevistas, precisávamos saber o que pensavam os refugiados venezuelanos que passaram pelo IFPA, no curso livre de português, lá em 2018. Era importante tê-los como referência para este nosso trabalho, porque nos daria um direcionamento de como articular esse atendimento aos refugiados.

Desde 2018, criamos um grupo de *whatsapp* com esses que foram nossos alunos, de lá pra cá, o grupo aumentou porque chegaram mais venezuelanos e é importante ter uma rede de apoio, considerando, muitas vezes, suas vulnerabilidades. Resolvemos contatá-los via *whatsapp* para falarmos dessa pesquisa. Eles foram solícitos em colaborar conosco.

Enviamos formulários do *Google forms* e pedimos a participação de, pelo menos, 05. Obtivemos 08 respostas e dessas, apenas um deles não havia participado do curso. Embora tenhamos considerado, porém, para a nossa pesquisa, a resposta ficaria fora do nosso objetivo. Após a identificação, que era opcional,

iniciamos perguntando se havia participado do curso e que nos dissessem como foi a experiência e quais os pontos positivos e negativos. Ficamos surpresos em perceber o grande entusiasmo com que responderam. Os pontos positivos apontados por eles foram muitos e resolvemos destacar alguns.

Um dos aspectos fundamentais foi de grande ajuda para a compreensão da língua no dia a dia deles, principalmente quando tiveram que arranjar empregos, facilitando a comunicação. O curso para eles foi extremamente positivo, mas principalmente a interação com a professora e a metodologia utilizada. Gostaram também da escolha do horário, embora para alguns tenha dificultado um pouco. A experiência em se tratando da cultura paraense, abordado em sala, foi enriquecedora, segundo as respostas. Elogiaram também a acolhida que tiveram. Quanto aos pontos negativos, eles mencionaram que faltou apoio do campus e do Centro de idiomas e lamentaram a descontinuidade do curso e a falta de certificado.

Uma outra pergunta foi sobre o interesse na continuação do curso e o formato adotado. Sem dúvida, acham que o curso deve ser ofertado e seria interessante que fosse no formato híbrido, ou seja, presencialmente e *on-line*. Comentaram também, pois fazia parte de uma das perguntas, que uma das maiores dificuldades encontradas ao chegar ao Brasil foi o idioma que os impediu de conseguir uma vaga no mercado de trabalho.

Apenas 25% dos entrevistados tinham conhecimento de instrumentos institucionais vinculados aos refugiados, sendo o curso de capacitação com os indígenas mencionado.

Quanto à melhor maneira de atender a esse público, eles responderam que cursos de português é, sem dúvida, o que mais um refugiado precisa ao chegar em nosso país. No questionário, houve espaço para sugestões e as respostas variaram entre a continuação do curso de português e ofertas de outros cursos na instituição.

Percebe-se que o tempo em que puderam desfrutar do curso, em princípio como projeto piloto, valeu muito a pena a essas pessoas que, à época, estavam bem vulneráveis devido a todos os problemas que estavam vivendo, pois tiveram que abandonar toda uma vida construída e recomeçar do zero em um outro país.

Essa reflexão é para ser analisada, pois podemos, com certeza, ofertar cursos para refugiados e imigrantes, sempre pensando na experiência anterior e o quão benéfico foi essa ação como prestação de serviços à comunidade.

Também tivemos oportunidade de “ouvir” representantes da Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados no Brasil (ACNUR) em Belém, para identificarmos os reais problemas que eles enfrentam ao terem que lidar com instituições que possam colaborar com esse apoio humanitário. As perguntas foram nos mesmos moldes que fizemos com os servidores do IFPA e os refugiados que passaram pelo IFPA.

A ACNUR sempre foi contatado, quando precisamos, quer seja com sugestões ou até mesmo apoio em relação aos refugiados na instituição, principalmente sobre o curso de capacitação dos indígenas. Tivemos apenas três respostas dos representantes do órgão. Responderam de forma unânime que desconheciam a oferta de curso de português no IFPA. Sobre instituições de ensino que atendam a esse público, apenas uma pessoa desconhecia essa ação. As respostas foram desde o atendimento não só com o ensino de português, mas com assessoria jurídica e capacitação profissional. Relataram nas suas respostas que, ao chegar ao Brasil, o refugiado enfrenta inúmeros problemas, desde documentação até o acesso a direitos, porém, o principal empecilho à boa convivência e autonomia é a falta do idioma por não oportunizar a capacitação profissional. Solicitamos que deixassem uma sugestão à nossa pesquisa e obtivemos uma única resposta: “IFPA tem potencial único de oferecer cursos técnicos, entretanto, é importante prever políticas e/ou iniciativas que viabilizem o acesso efetivo e a permanência dos refugiados nos cursos (auxílio alimentação, transporte, bolsa de estudos etc.)” (ACNUR, 2023).

Diante das resposta desses três grupos, um mapeamento da importância e necessidade de ações que contemplem os refugiados pode servir de referência à construção de um processo mais robusto de internacionalização no IFPA, voltado também a essa demanda. Inserir-los na comunidade acadêmica, pode ser considerado como responsabilidade social, mediante a essa diversidade de público e nos tornando uma instituição mais plural.

## Considerações finais

Analisar a gestão da internacionalização com foco nos refugiados foi o nosso objetivo geral. Neste capítulo, optamos por analisar documentos institucionais do IFPA e também entrevistas semiestruturadas com integrantes da instituição.

A análise evidenciou que a Pró-reitoria de Extensão, ao elaborar a Política de Internacionalização, a fez de maneira que abarcasse um amplo atendimento voltado ao processo de internacionalização. Refugiados não foram inseridos expressamente, mas, sem dúvida, estão entre as preocupações da gestão anterior e, provavelmente serão, e isso é factível, mais visibilizados pela gestão atual. Não podemos ser unânimes em dizer que um documento muito bem articulado será interpretado de maneira única, mas com certeza o será de forma que venha a atender interesses dos que procuram a instituição.

A gestão da internacionalização no IFPA, como podemos constatar, ainda está em desenvolvimento, mas destacamos algumas conquistas como ações concretas desenvolvidas pela Pró-reitoria de Extensão, como a mobilidade de alunos e servidores e parcerias internacionais. O marco mais importante foi a aprovação da política de internacionalização que, institucionalizada, trará, além de visibilidade, benefícios que poderão transformar o ensino, indo ao encontro do que prevê a agenda 2030 das Nações Unidas. O processo é contínuo e o passo mais importante já foi dado. Cabe à gestão, por sugestões contidas nesta dissertação, fazer a mobilização para que o processo avance e envolva mais e mais atores que são os pilares dessa construção.

## Referências

ABDIAN, G. Z.; ANDRADE, E.; PARRO, A. L. G. Sentidos de política e/de gestão nas pesquisas sobre a escola. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 727-742, jul./set., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201702152782>. Acesso em: 12 mar. 2024.

AMORIM, M. M. T. A organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9AZGC8> . Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Brasília: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.237, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/legislacao/geral/decretos/9237>. Acesso em: 8 de mar. 2024.

BRASIL. **O que é refúgio?. Gov.br,** Ministério da Justiça e Segurança Pública, [s. d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. **O que é [Ciência sem Fronteiras]?. Gov.br,** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 3 jun. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciencia-sem-fronteiras/apresentacao-1/o-que-e>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BRASIL. PrInt abrange mais de mil instituições estrangeiras. **Gov.br,** Capes, 10 mar. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/print-abrange-mais-de-mil-instituicoes-estrangeiras>. Acesso em: 9 mar. 2024.

ERGIN, H.; WIT, H.; LEASK, B. Forced Internationalization of Higher Education: An Emerging Phenomenon, **International Higher Education**, [S. l.], n. 97, p. 9-10, 2019. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/10939/9327>. Acesso em: 8 mar. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KNIGHT, J. **Higher education in turmoil.** The changing world of internationalisation. Rotterdam: Sense Publishers, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2014-2018. Belém: IFPA, 2017a. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/4032-pdi-2014-2018-revisado/file>. Acesso em: 9 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **Resolução Consup/IFPA nº 943, de 7 de março de 2023**. Estabelece a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: IFPA, 2023. Disponível em: <https://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/coligados/resolucoes.jsf;jsessionid=8E2F235920DFA22330D44E3A09511E8F.sistema01-producao> Acesso em: 9 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **Resolução IFPA/Consup- nº 675/2022, de 29 de abril de 2022**. [Aprova o] PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Belém: IFPA, 2022. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/site-pdi/6094-pdi-2019-2023-apos-resolucao-n-675-2022/file>. Acesso em: 8 mar. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ (IFPA). **Resolução nº 175/2017-Consup, de 25 de abril de 2017**. Dispõe sobre a regulamentação do Centro de Idiomas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém: IFPA, 2017b. Disponível em: <https://proex.ifpa.edu.br/2015-10-05-03-55-12/resolucoes/1276-resolucao-n-175-2017-consup-de-25-de-abril-de-regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do> Acesso em: 8 mar. 2024.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNrTvxYtCQHJCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 8 mar. 2024.

RIBEIRO, R. T. **A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9115> Acesso em: 8 mar. 2024.

SOUZA, C. S. S. **Internacionalizando a rede federal de educação profissional**: um estudo substantivo. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9032>. Acesso em: 8 mar. 2024

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do COGEIME**, [S. l.], ano 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007.